

CAPELAS E MATRIZES DO GOIÁS COLONIAL: DIÁLOGO ARQUITETÔNICO COM A METRÓPOLE E AS CAPITANIAS VIZINHAS

Deusa Maria R. Boaventura¹

INTRODUÇÃO

Apesar da ampliação das pesquisas sobre a arquitetura colonial no Brasil nas últimas décadas, Goiás resente-se de estudos mais sistematizados sobre o seu patrimônio do século XVIII, que permanece ainda marginalizado. Considerável parcela de seus edifícios e pequenos conjuntos arquitetônicos ainda é desconsiderada pela historiografia da arte, e pode estar sujeita ao desaparecimento, caso não adquira maior visibilidade. Tal fato ocorre pela manutenção da ideia de marginalidade e decadência predominante na tradicional historiografia goiana, o que provavelmente manteve os pesquisadores desinteressados pelo tema.

Este artigo, portanto, em sintonia com outros escritos que buscam atribuir a importância devida à arquitetura de regiões menos visibilizadas, visa compreender melhor as tipologias retangulares de capelas e igrejas que predominaram em Goiás nos setecentos. São pequenos edifícios de arquitetura bastante simplificada, que às vezes alcançam um certo requinte na ornamentação dos seus espaços internos. Acredita-se que o exame das variações tipológicas das capelas e igrejas de Goiás, bem como o seu diálogo com demais regiões do Brasil, pode trazer contribuições para a atual historiografia da arte local e nacional, que no momento ainda permanece com muitas lacunas.

A despeito do pouco avanço, cabe destacar que uma literatura mais recente tem trazido importantes contribuições para os estudos sobre a arquitetura religiosa de Goiás. São eles: a dissertação de Carla Freitas P. Pereira (2008), que trata das dimensões compositivas da Igreja

São Francisco de Paula da cidade de Goiás; a pesquisa de Laura Ludovico de Melo (2009) sobre o Arraial de Ouro Fino, a publicação em 2012 do livro *Esplendor do barroco luso-brasileiro*, de Toledo. Nesse livro, mais especificamente no capítulo “Arquitetura de Mineração em Goiás”, o autor traz informações complementares sobre os edifícios coloniais de Goiás, com descrições de retábulos e frontispícios dos edifícios mais elaborados. E, por fim a tese de Eurípedes Afonso da Silva Neto (2022), que faz um precioso levantamento dos edifícios coloniais, com seus respectivos históricos.

Por outro lado, destaca-se a relevância das primeiras publicações sobre essa arquitetura. São trabalhos de cunho mais geral, tais como os de Eduardo Etzel (1984), Ana Maria Borges e Luís Palacín (1987) e de Gustavo Neiva Coelho (1997)². Nesses textos encontram-se verdadeiros dossiês sobre a arquitetura setecentista de Goiás, com estudos que mostram um quadro das condições históricas e culturais da antiga capitania, seguidos da catalogação dos edifícios religiosos e do levantamento dos seus retábulos e imagens.

Etzel contribuiu com dois livros: *O Barroco no Brasil e Arte Sacra: berço da arte brasileira*, ambos publicados no mesmo ano, 1984. Na obra com o título *Patrimônio histórico de Goiás*, Borges e Palacín (1987) exibem aspectos gerais sobre as histórias dos antigos edifícios remanescentes da capitania. A dissertação de Coelho (1997), *A formação do espaço urbano do ouro: o caso Vila Boa*, além de estar assentado em uma pesquisa sólida, fruto de sua experiência de longos anos na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan da cidade de Goiás, sinaliza para a possibilidade de se estabelecerem diálogos entre a arquitetura da antiga capital e a de Minas Gerais.

A compreensão das igrejas e capelas do Brasil colonial ao longo do século XVIII é tarefa complexa, porque os modelos portugueses transpostos para a colônia, ou por ela assimilados, sucederam-se e reproduziram-se com comportamento próximo aos de origem, onde já amalgamavam correntes estilísticas diversas (LEMOS, 1979). Especialmente os retangulares e de nave única, iniciaram sua consolidação quando o estilo chão se impunha em Portugal como uma corrente artística predominante.

Ao lado do estilo chão, emparelhavam-se outras tendências estilísticas mais eruditas, configurando em Portugal um panorama artístico de diversidade tipológica. Tipos vindos da metrópole e que prevaleceram na colônia até o século XIX, alcançaram a capitania de Goiás e orientaram a construção da Matriz de Santana, de Vila Boa de Goiás, da Matriz de Traíras e da Igreja São José, de Mossamedes. Mas, na grande maioria dos casos, as edificações mantiveram diálogos com as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, onde os tipos já estavam consolidados pela tradição.

Para entender os tipos retangulares de igrejas e capelas da antiga capitania de Goiás, foram realizados levantamentos mais atualizados dos monumentos, leitura contextualizada dos poucos fragmentos documentais que se conhecem, e estudos comparativos entre as configurações espaciais e formais dos edifícios e dos aspectos compositivos dos frontispícios.

A ARQUITETURA DE PORTUGAL E OS TIPOS DA CAPITANIA DE GOIÁS

A historiografia goiana trabalha com a ideia de uma arquitetura religiosa colonial marcada pelos traços da pobreza e da simplicidade, em decorrência de a antiga capitania ser isolada e distante do litoral. Contudo, diferentemente dessa representação, neste artigo aposta-se nos vínculos que essa arquitetura estabeleceu com a metrópole e demais lugares da colônia. Entende-se, portanto, que remontar, ainda que brevemente, à história das tipologias arquitetônicas portuguesas nos contextos dos diversos estilos artísticos que por lá se apresentaram contribui para a compreensão de tais vínculos e posteriores adaptações regionais.

Ao longo do século XVII e no início do século XVIII, o Maneirismo já estava bastante aclimatado nas terras lusitanas, mas ainda sem grandes alterações, contentando-se os conservadores arquitetos portugueses a apenas multiplicar os tradicionais princípios e formas italianos. No entanto, associadas ao Maneirismo, permaneceram como pano de fundo uma arquitetura de longa duração e de natureza vernácula e outra denominada por vários autores de estilo chão (CORREIA, 1991). Esse foi o estilo dominante na metrópole até o século XVIII, caracterizado por sua sobriedade e por ser fundamentalmente pragmático, resultado de inúmeras experiências de colonização africana, com as contribuições de militares construtores preocupados com edificações de ordem prática, tanto no reino como nas colônias.

É nesse cenário de diversas correntes arquitetônicas que podem ser localizadas também as origens do barroco lusitano, com o surgimento de formas mais flexíveis e sutis renovações espaciais. Ao longo do tempo, foram acrescentados azulejos e talhas douradas, que gradativamente foram substituindo as formas mais sóbrias, dando maior liberdade para os artistas portugueses. Com essas inovações, estabeleceu-se o confronto entre uma linguagem artística mais dinâmica, as vertentes mais tradicionais e as maneiristas.

No panorama da colônia brasileira, Bury (1991) afirma que nos primeiros séculos da ocupação portuguesa boa parte das igrejas erguidas estava associada a uma produção maneirista desenvolvida pelos jesuítas. Conforme o autor, só a partir do século XVIII é que surgem no litoral exemplares com formas arquitetônicas barrocas e com a presença de talhas e retábulos. Na sequência, surgiram os tipos mais dinâmicos de tendência erudita. Além dessas correntes predominantes, a colônia contou também com as versões vernaculares, ou provincianas tradicionais, importantes referências para o soergimento de muitos edifícios religiosos em Goiás.

A capitania de Goiás surgiu no início do século XVIII com a promessa de possuir ricas terras em ouro, o que motivou a formação de várias incursões de bandeirantes interessados em seus tesouros. À medida que foram encontrando jazidas preciosas às margens de rios caudalosos, os desbravadores foram construindo pequenas povoações que expressavam suas aspirações através da construção de capelas e matrizes que seguiram predominantemente os tipos retangulares, de nave única.

No Brasil, a tipologia de nave única e com capelas laterais tornou-se mais comum a partir de meados do século XVI, durante o XVII e, em menor escala, no XVIII. Lúcio Costa (1941), em *A*

arquitetura jesuítica no Brasil, afirma que essas igrejas se enquadravam em quatro tipos básicos principais: no primeiro, estavam as mais simplificadas e formalmente compactas, que contavam apenas com capela-mor e nave constituídas por um único corpo de construção, separadas por um arco cruzeiro. São consideradas as mais antigas. No segundo tipo, as que se apresentavam com três altares e capela-mor de menores dimensões, separados das naves, diferenciando-se, portanto, daquelas do primeiro grupo, que se desenham com a mesma largura da nave. Esse modelo de composição simples e clara foi o que mais se desenvolveu em Minas Gerais.

No terceiro tipo de igrejas delineado por Costa (1941), estavam aquelas que associavam os mais simples com os planos mais elaborados das igrejas que predominaram no século XVII. Mantinham os três altares habituais do modelo anterior, acrescentando, nos colaterais, pequenas capelas de maior ou menor profundidade, a exemplo da Igreja de Olinda, cujas capelas formam um conjunto com a capela-mor. Finalmente, no quarto tipo o arquiteto incluiu as igrejas maiores seiscentistas, influenciadas pelo padrão da Igreja de Gesù, em Roma. Esse tipo tem como representantes as igrejas do Colégio de Salvador, a de São Paulo do Piratininga e a de Belém do Pará, que se diferenciam do grupo anterior pelos numerosos altares dispostos em capelas laterais. Essas ficavam mais próximas do altar-mor e geralmente eram mais altas e, às vezes, mais profundas.

Para Bazin (1986), os tipos de nave única que se desenvolveram na colônia ao longo do século XVIII, particularmente aqueles destinados às igrejas conventuais e paroquiais, foram o resultado de processos de simplificação das concepções adotadas pela arquitetura dos séculos anteriores. Para as igrejas conventuais, permaneceram a ampla nave em forma de galpão, com capelas intercomunicantes, e para as paroquiais, essa mesma nave foi acrescida apenas de retábulos laterais e anexos complementares formados pela sacristia, consistórios e corredores laterais.

Diferentemente da opinião de Bazin (1986), para quem os tipos retangulares e unificados do setecentos são o resultado das transformações sofridas pelas igrejas coloniais dos dois séculos anteriores, tem-se Bury (1991), que os relaciona com os tradicionais tipos portugueses e italianos de procedência medieval, caracterizados por planos simplificados, com ou sem anexos, ambientes compactos e inscritos dentro de um retângulo, frontispícios com pequenos vãos, portas centralizadas, óculos e presença ou não de torres. Esses tipos não correspondem, portanto, a processos de modificações e adaptações coloniais, embora tivessem sido amplamente divulgados no Brasil. Afirma o autor:

A grande maioria das igrejas construídas nas possessões portuguesas do além-mar do final do século XVI até, pelo menos, o início do século XVIII, obedecia a um traçado padrão, quase estereotipado. Seja na América, na África ou Ásia, encontramos a mesma estrutura elementar semelhante à de um galpão, com uma única porta de entrada, duas janelas alongadas dispostas de ambos os lados e um único na empena (BURY, 1991, p. 106).

Esse mesmo autor diz ainda que esses tradicionais planos simplificados eram acompanhados por um traço bastante característico de fachada – a disposição em diagonal ou em “V” das aberturas – e podem estar relacionados à arquitetura de precedentes medievais, tanto em Portugal quanto

na Itália. Bury (1991) afirma que o uso das torres laterais nas fachadas também se transformou em uma prática quase invariável das principais cidades da colônia durante o século XVIII, embora mais raras no interior do Brasil, a exemplo de Minas Gerais e Goiás na primeira metade daquele século.

Nesses lugares, Bury (1991, p. 107) diz que as capelas mais antigas eram

[...] do tipo provinciano tradicional, com fachadas de composição em diagonal, possivelmente derivadas de igrejas paulistas, como as de São Miguel (1622), na província de São Paulo, de onde proviam os descobridores do Ouro de Minas Gerais.

Marília Maria B. Teixeira Vale, em *Arquitetura Religiosa no Antigo Sertão da Farinha Podre* (1998), também afirma terem sido os planos retangulares simplificados bastante adotados em diferentes lugares de Minas Gerais, como no caso da região do Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, cujo território no século XVIII fazia parte da capitania de Goiás. Atesta ainda a longevidade do tipo, afirmando que nessa região ele alcançou até o século XIX.

Em demais partes de Minas Gerais, como na região do Piranga, vê-se a ampla difusão desse mesmo tipo provincial, com o qual Goiás, ao que parece, também manteve permanente diálogo em relação às suas referências arquitetônicas, ainda que fosse intermediado inicialmente pelos paulistas bandeirantes e posteriormente por construtores que circulavam pelos diferentes lugares. Ainda assim, as formas resultantes de tais tipos foram ajustadas às condições locais, o que conferiu aos edifícios feições mais atarracadas e, em sua grande maioria, acompanhados de pequenas e modestas torres de madeira.

“TRAÇAS” E “RISCOS” NA CAPITANIA DE GOIÁS E A PERMANÊNCIA DOS TIPOS RETANGULARES DE NAVE ÚNICA

Na obra *A iconografia dos engenheiros militares do século XVIII: instrumento de conhecimento e controle do território*, Beatriz P. Siqueira Bueno (2011) afirma ser importante compreender os desenhos para que se entenda a arquitetura. No século XVIII, esses desenhos também eram conhecidos como “traças” e “riscos”, havendo distinções em relação à palavra “projeto”, de criação italiana. Observações sobre essas formas de representação dos edifícios ajudam a entender os valores artísticos das igrejas de Goiás, bem como conhecer os tipos predominantes e as práticas construtivas da região.

Na tradicional historiografia brasileira, as “traças” são comumente tomadas por traçados, desenhos de plantas de uma obra ou construção, enquanto “riscos” são os desenhos gerais, prospectos ou planos de uma construção, de um retábulo ou de alguma obra. No dicionário *Arquitetura Brasileira*, de Corona Lemos (1972), “risco” é colocado como sinônimo de projeto, isto é, designa o desenho original concebido pelo arquiteto ou mestre de obras. Todavia, Siqueira

Bueno (2011) chama a atenção para o devido cuidado que se deve ter quanto ao entendimento desses termos, que, segundo a autora, devem ser contextualizados historicamente. Assinala ainda a necessária consideração que se deve ter pelas mutações semânticas que muitos desses termos sofreram ao longo dos séculos XV e XVIII. Para o setecentos, Siqueira Bueno (2011) apresenta as definições que o *Dicionário Etimológico (1712-1721)* de Raphael Bluteau traz para ambas as palavras:

[...] “risco” aparece como sinônimo de “debuxo”, designando “... hum princípio de pintura só com perfis, &linhas, sem cores, sem sombras”. A traça do edificio consistia no “desenho ou planta (‘Aedificii ichnographiam lineis describere’), em que representa o Architecto a obra que tem ideado”, e, como traçar significava “delinear. Lançar as primeiras linhas. Fazer o risco de alguã obra mecânica. Traçar um edificio”, podemos supor que também se tratasse de linhas sem cores, nem sombras (BLUTEAU *apud* SIQUEIRA BUENO, 2011, p. 33).

“Riscos” e “traças” eram usualmente acompanhados por apontamentos que consistiam em instruções escritas de mestres de obras, engenheiros ou arquitetos, que as entregavam para os empreiteiros junto com os modos de proceder, os regimentos. Na antiga capitania de Goiás, os desenhos foram poucos, e até onde se sabe, são apenas os da Casa de Câmara e da Cadeia de Vila Boa, das matrizes de Santana e de Traíras, e da Igreja São José de Mossâmedes, todas de tipos retangulares³.

No entanto, para as demais obras, fontes manuscritas revelam práticas de controle para o soerguimento dos edifícios de Goiás, podendo-se observar que mesmo sem a citação do referido “risco”, as formas de execução foram estabelecidas revelando uma longevidade de práticas construtivas portuguesas que remontam, pelo menos, ao século XVI, como aponta Siqueira Bueno (2011, p. 65) quando discute a natureza dos regimentos e desenhos da época. A autora destaca a extrema importância do *Livro das medidas que mestre Boytac e Bastião Luís, escrivão, foram fazer a Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger o ano de 1514*, afirmando que a publicação “[...] nos fornece uma ideia dos procedimentos empregados na execução de uma obra”.

O documento, abaixo sobre a Igreja Santa Bárbara atesta que os procedimentos de construção se mantiveram, embora, como nos demais lugares da colônia, fossem facilmente desviados nos canteiros de obras. Ainda assim, a garantia possível de controle expressa-se pela presença do escrivão e do reverendo, responsáveis pela verificação, medição, demarcação do local destinado ao adro e a definição de algumas medidas. Isso era tudo, pois não havia mais detalhes sobre a forma de execução da obra, apenas as diretrizes básicas a seguir, tal como se lê, logo abaixo:

Aos 3 dias do mez de setembro de 1755, nesta Villa Boa de Goyaz, em morro de Santa Barbara, em a entrada que vai para o carreiro, Barra e Anta e onde eu, escrivão adiante nomeado, fui vindo e sendo achi com o muito Revdo Ministro Dr. Francisco das Chagas Vidal Mendonça Ávila Corte Real, Vigario da Vara nesta Villa e sua Comarca, para o efeito de assignar o lugar em que se há de erigir a capela da gloriosa Santa Bárbara,

a requerimento dos devotos da mesma Santa, em presença medição e demarcação no respectivo lugar e plano em que se há de fundar a dita capela com seu adro o qual consta de 15 braças de comprimento 10 de largo; para que se puseram os marcos e se assentou uma cruz no lugar onde havia de ficar o altar da mesma Santa [...] (Documento avulso do Arquivo Frei Simão Dorvi, Cidade de Goiás -grifos nossos).

Das igrejas citadas acima destaca-se a Matriz de Santana que desabou no século XIX. Em um manuscrito de 1745, nota-se a providência de um plano retangular que foi submetido às autoridades. Nele consta que uma provisão foi “[...] enviada pello governador da Capitania, com planta e risco para a igreja matriz della; já se achava quasi acabada, e coberta, pella primeira planta e risco que esta câmara poz na Real presença de Vossa Magestade [Documento avulso, 1745, Arquivo Frei Simão Dorvi, Cidade de Goiás.]”.

Um outro documento, aponta ainda que o Conselho Ultramarino enviou uma outra planta ao governador da capitania de São Paulo, [...] para que elle arremeta a Câmara de Villa Boa de Goyaz, assim que por ella se execute o edificio da Nova Igreja, que aquelle povo voluntariamente quer fazer, por ter parecido muito imperfeita a planta que daquelas minas se remeteu [...] (Documento avulso, Frei Simão Dorvi). Mas, a despeito da qualidade ou não dessas plantas, o que se quer assinalar aqui é a presença de planos portugueses em Goiás, chamando a atenção para os diálogos que se estabeleceram entre Goiás e a metrópole.

Por outro lado, tais documentos não apresentam informações necessárias sobre o edificio em si. Para tanto, utilizou-se os desenhos de Burchell (1981) (Figura 1), que ajudam a confirmar a predileção pelos planos retangulares em Goiás, seguindo uma mesma tradição arquitetônica de outras capitanias. Ao que tudo indica ela era composta por um espaço que continha as principais peças para um templo dessa natureza: nave, arco-cruzeiro, altar-mor e consistórios das Irmandades do Santíssimo Sacramento e do Senhor dos Passos, e, muito provavelmente, uma sacristia. Cunha Matos (1979, p. 97), em sua passagem por Vila Boa, fez os seguintes comentários sobre o altar-mor dessa igreja:

[...] a matriz ou catedral da prelazia dedicada a Santa Ana é mui espaçosa e tem 9 altares. O altar-mor é obra soberba. Tem colunas de madeira de grandeza notável, e se acha mui dourada. Os altares colaterais são mui asseados, nenhum deles se dá em capela funda [...].

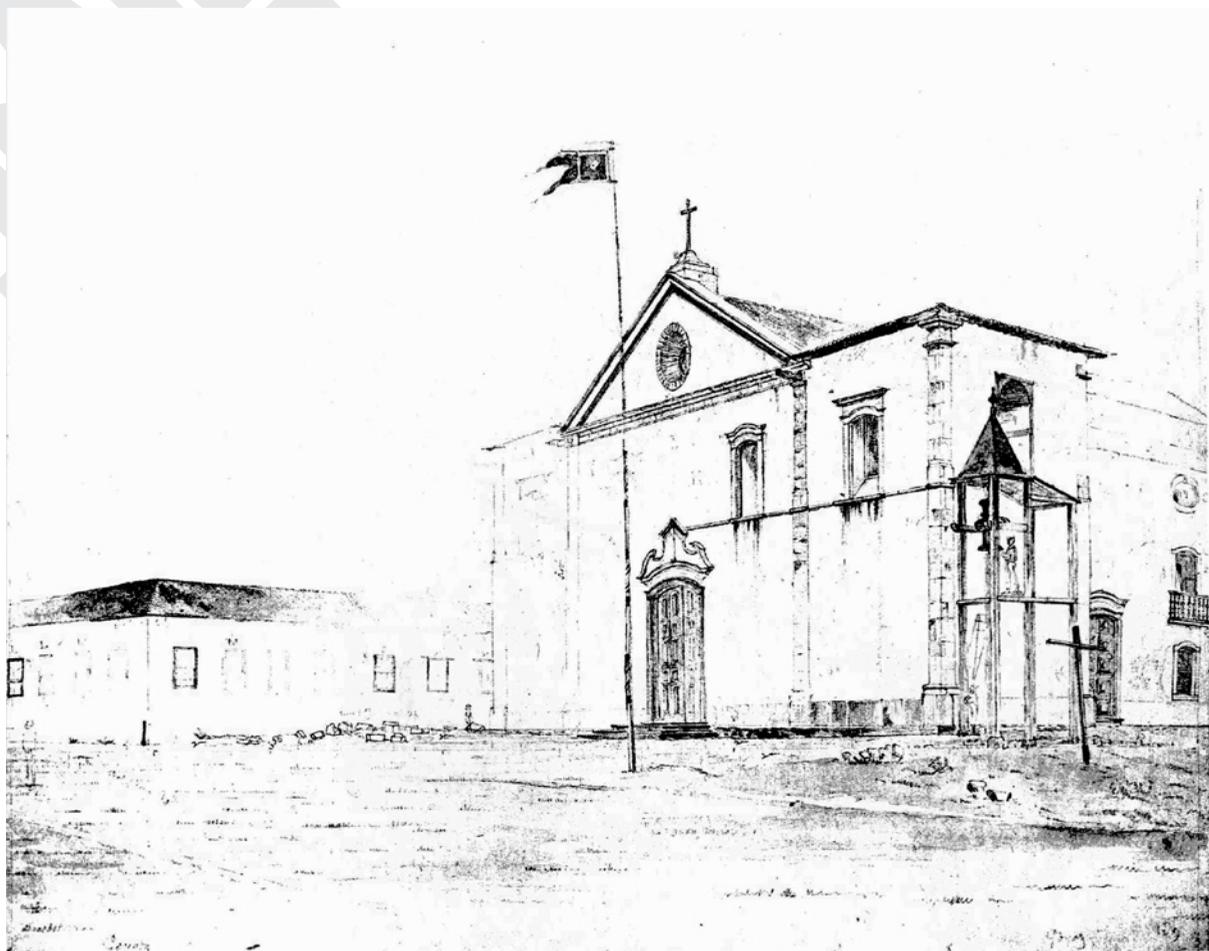


Figura 1- Perspectiva da Matriz de Santana realizada por Burchell.
Fonte: Gilberto Ferrez. O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825-1829.

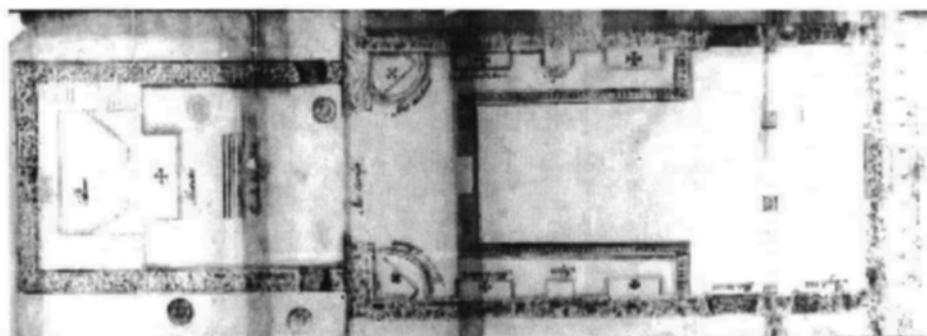
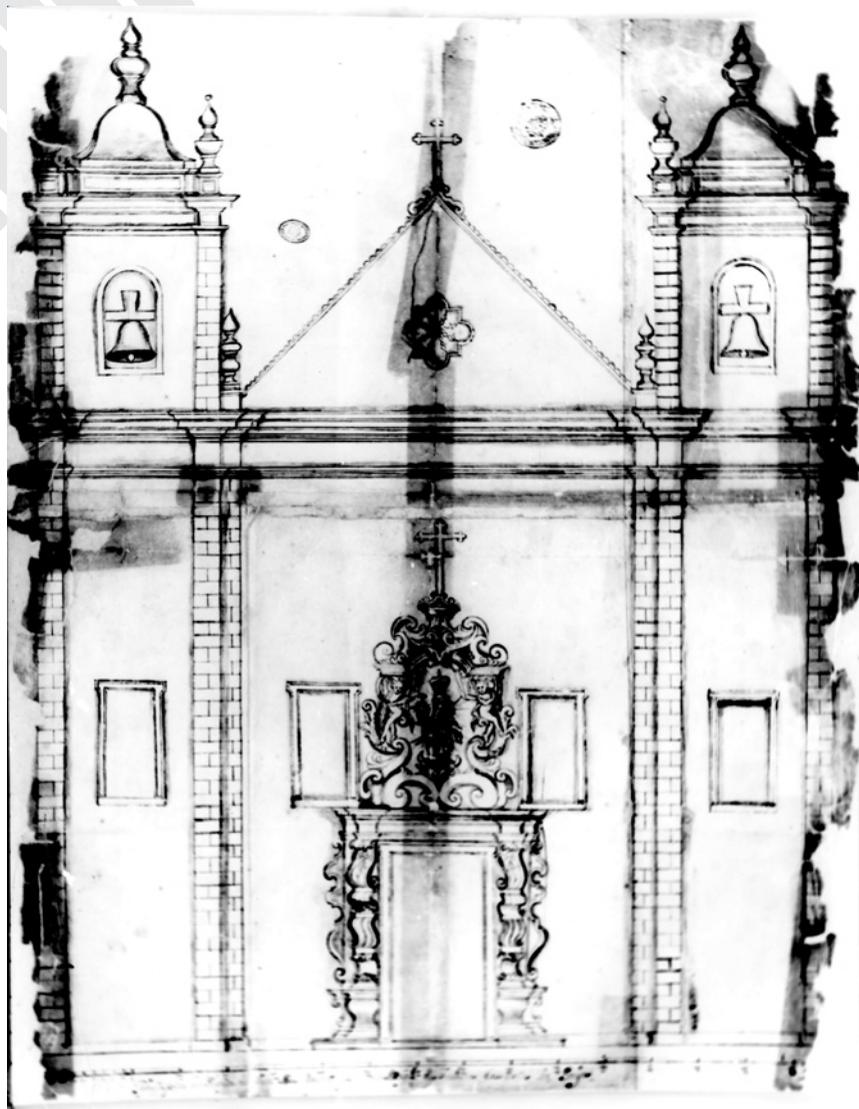
Ainda de acordo ainda com as imagens de Burchell (1981), a Matriz de Santana apresenta traços compositivos que denunciam rigorosa sobriedade. Sua volumetria é formada por um bloco central compacto, com marcações de pedra e frontão muito bem definido, onde se encontra o óculo. Os poucos movimentos encontrados no edifício encontram-se nas vergas curvas das janelas que compõem a composição em V, e que são vistas também nas janelas das duas torres.

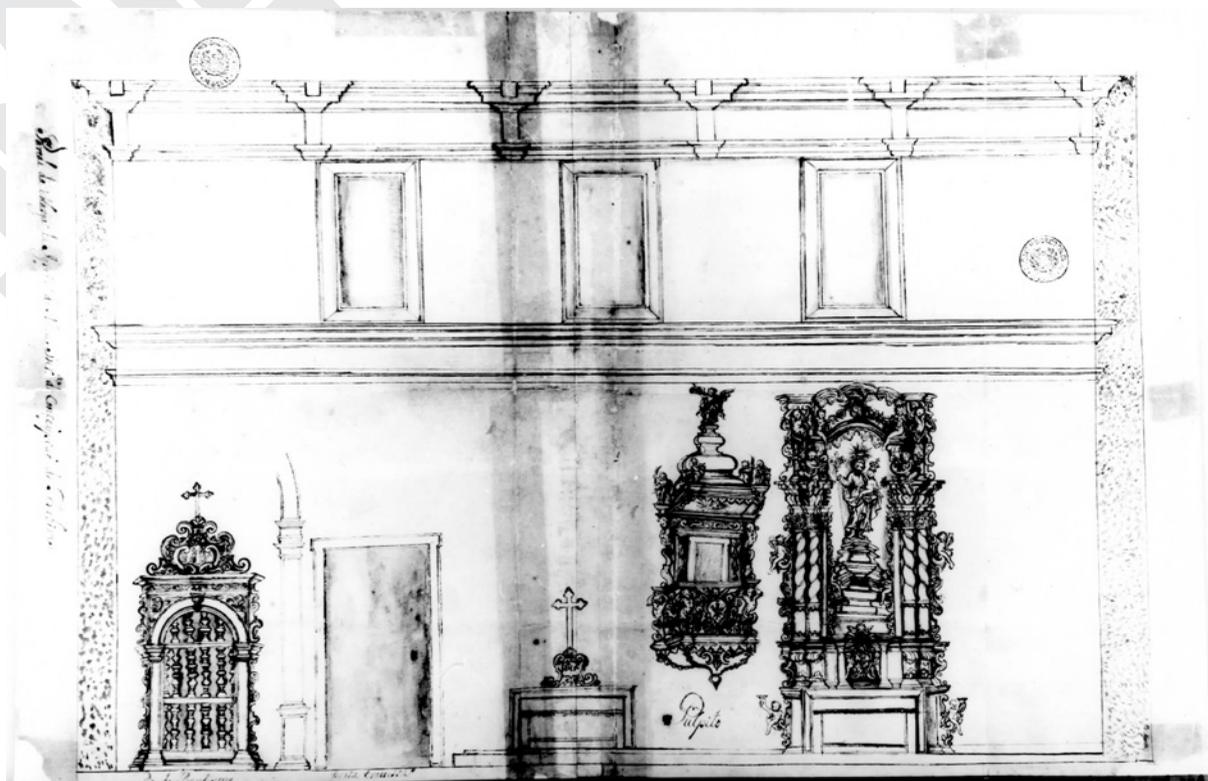
O conjunto completa-se com uma torre sineira de madeira que se ergue ao lado do edifício, típica de muitas igrejas de Goiás dos séculos XVIII e XIX. Em linhas gerais, o edifício lembra também as soluções severas adotadas nas tradicionais igrejas jesuíticas, ou aos tipos descritos por Bazin (1986, p. 198):

O corpo central, arrematado por um frontão triangular, se equilibra entre duas torres de elevação moderada, estas acabadas por um pavilhão de madeira coberto de telhas [...] o corpo da fachada está selado por uma única porta, encimada por duas ou três janelas.

Semelhante à Matriz de Santana, com plano para a execução de obra, tem-se a Matriz de Traíras, de um arraial do norte da capitania de Goiás setecentista, localizado próximo à Natividade, no

atual Estado do Tocantins. Seus “*riscos*” e “*traças*” encontram-se no Arquivo Ultramarino de Lisboa e são compostos pela planta, um alçado e um frontispício, conforme pode ser conferido nas Figuras 2, 3 e 4 a seguir.





Figuras 2, 3 e 4 - Imagens do Plano da Matriz de Traíras, no então norte goiano setecentista
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

Esses desenhos são reveladores da permanência do tipo de nave única com capela-mor profunda, seguida de altares laterais e púlpito. A composição geral do frontispício da Matriz de Traíras consiste em um corpo central acompanhado por duas torres e coroado por um frontão, que é marcado por uma cornija que se estende por todo o conjunto, e um pequeno óculo. Nesse corpo central encontram-se duas janelas de vergas retas, alinhadas com duas outras que estão nas torres. Entre o corpo central e as torres, notam-se ainda pilastras sobrepostas, duas em cada um dos lados, sendo que uma delas continua fazendo o arremate das torres.

A porta da Matriz de Traíras, com ornamentos que a envolvem e ultrapassam a altura das janelas, foge ao padrão estabelecido para a grande maioria das igrejas de Goiás, aproximando-se da solução de edifícios mais ornamentados de Minas Gerais.

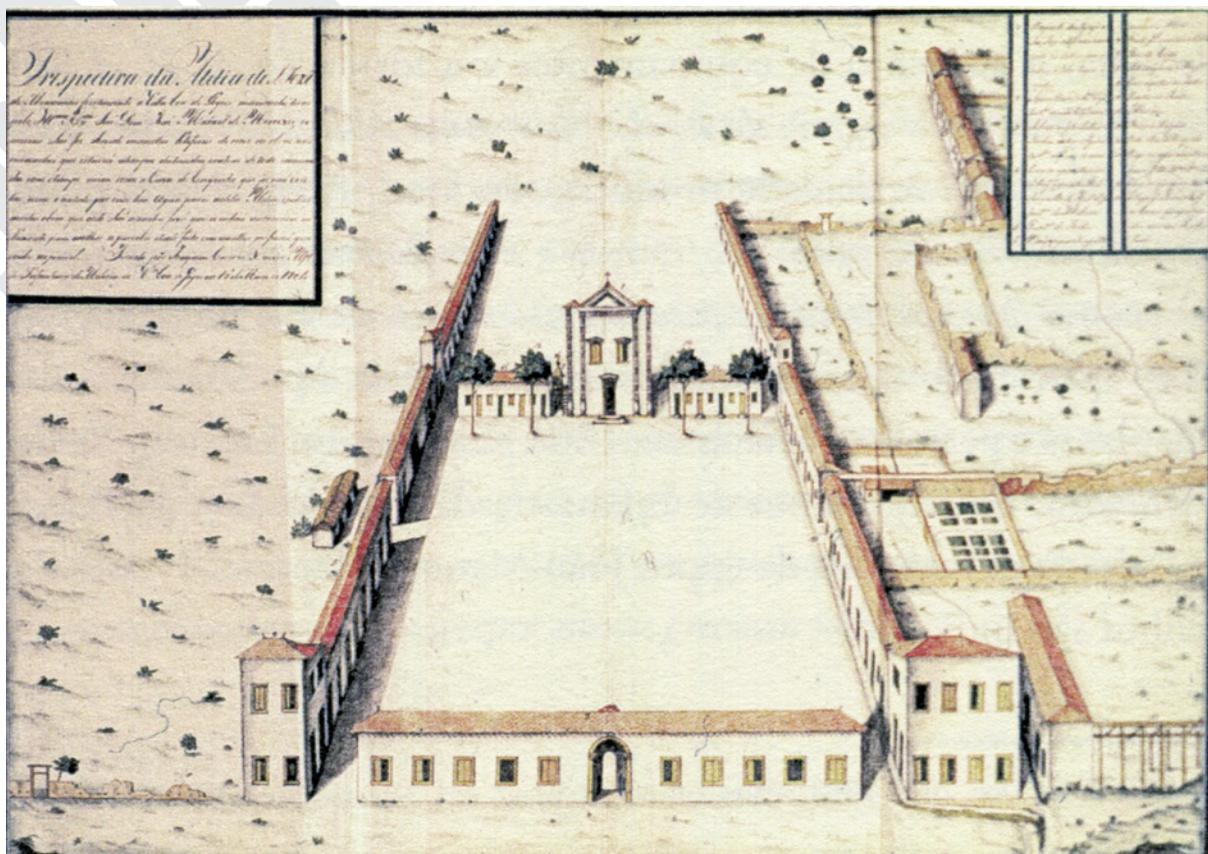
A Igreja São José, de Mossâmedes, fez parte de um aldeamento localizado a cinco léguas e a sudoeste de Vila Boa de Goiás, cuja criação ocorreu em novembro de 1744, por iniciativa do governador e Capitão General de Goiás, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. A Figura 5 a seguir, traz uma panorâmica da Igreja.



Figura 5 - Vista atual da Igreja São José, de Mossâmedes (GO)
Fonte: Acervo da autora

Em 1788 foram feitas algumas alterações físicas no aldeamento, agora sob o comando do governador Luís da Cunha Menezes, que mandou reformar a “[...] Igreja, primeiro objecto daquelles estabelecimentos; por ter achado esta somente com os seus primeiros fundamentos construídos de taipa meramente, sem ainda estar cuberta [...]”. (AHU, Documento 2025, 1788).

Em um prospecto de 1801, podem ser observados os traços severos desse edifício, bem como a manutenção do tradicional esquema compositivo em V, formado por um frontão com cornija que o arremata com uma porta, duas janelas com vergas levemente curvas e pilastras localizadas entre o corpo principal e as torres, como também nas esquinas do edifício. É o que mostra a Figura 6 a seguir.



Figuras 6 – Perspectiva da Aldeia de São José de Mossâmedes, 1801
Fonte: Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade.

Em fotos recentes, nota-se que o conjunto volumétrico da Igreja São José, de Mossâmedes, é animado apenas pelas torres, pelo corpo do edifício e pelo jogo desencontrado dos níveis dos beirais. Mas a despeito dessa configuração que se organiza segundo um grande bloco, é possível, a partir das alturas dos três telhados, identificar os componentes dos espaços internos.

Internamente, a Igreja São José, de Mossâmedes, segue mantendo os tradicionais espaços vistos nas demais capelas goianas. São compostos por uma nave única, com a capela-mor envolvida pelos corredores laterais e a sacristia com a mesma largura da nave. Separa a capela-mor e a nave, o arco cruzeiro. Dois outros arcos são encontrados nas paredes laterais da capela, de onde se acessam os corredores. Tais conjuntos de arcos, somados à pouca movimentação volumétrica do edifício, apresentam-se como uma rara opção construtiva no quadro da arquitetura colonial de Goiás. Esse espaço interno da igreja pode ser conferido na Figura 7 a seguir.

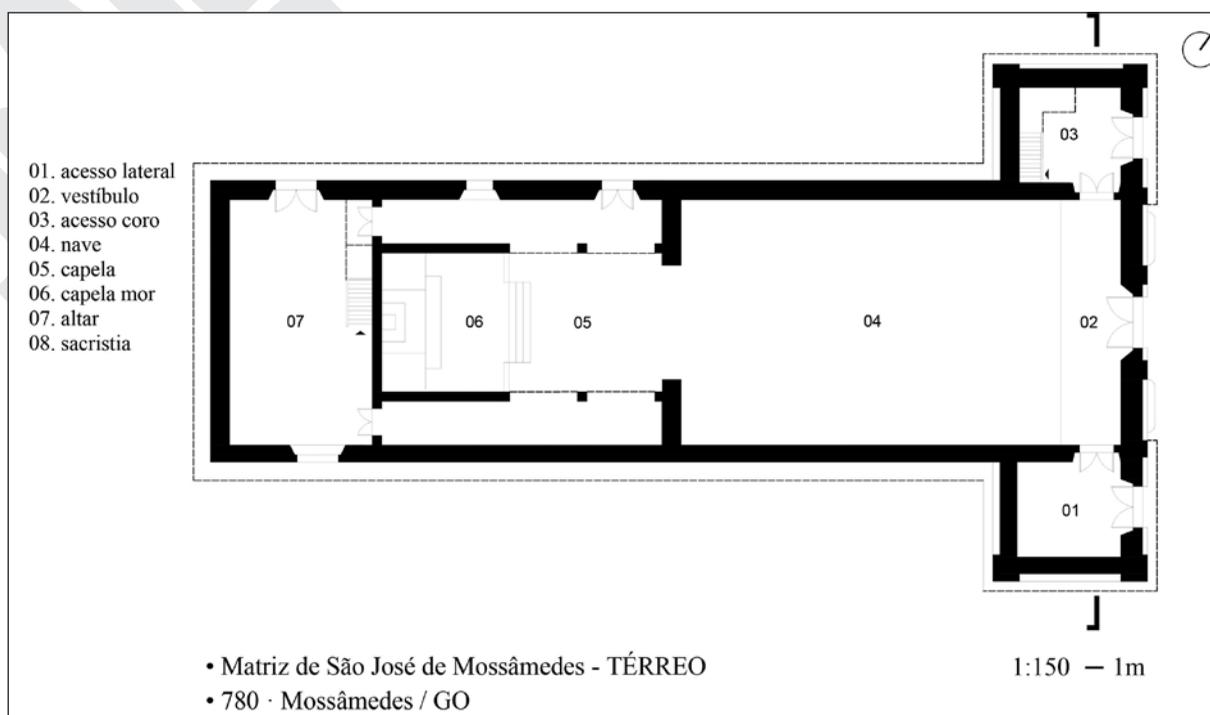


Figura 7 – Planta da Igreja São José de Mossâmedes (GO)
 Fonte: Acervo da autora.

Pode-se incluir ainda nessa lista de edifícios acompanhados de planos, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Natividade (TO), com provável data de 1780 (Figuras 8).



Figuras 8 – Capela-mor das ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Natividade (TO)
 Fonte: <https://www.agenciaticantins.com.br/noticia/26705>

Essa igreja, apesar de encontrar-se em ruínas, apresenta qualidades formais superiores aos de suas demais congêneres, com detalhes construtivos que fogem aos edifícios contemporâneos. Sobre ela, diz Silva Neto (2022, p.444):

Assim, no que foi materializado, utilizavam-se das mesmas técnicas empregadas na Igreja de São Benedito (Natividade), porém um tanto mais apuradas. Os tijolos cozidos seguem uma lógica construtiva, sendo utilizados nos arcos e pilastras, e não como preenchimentos. As grandes pedras de composição estrutural das arestas, prováveis arenitos, são ainda maiores que as da primeira igreja. Toda alvenaria é de pedra, com trechos em canjicado – pedriscos misturados ao barro – conferindo uma harmonia formal que permanece até hoje.

De grandes proporções, a igreja possui também uma única nave. A partir de suas ruínas, Silva Neto (2022) fez a reconstituição de sua planta, na qual se nota a nave, seguida de uma capela profunda e marcada por um arco cruzeiro sustentado por pilastras muito bem executadas. Nas laterais da capela, encontram-se aberturas coroadas por arcos que seguem o mesmo cuidado do principal. A Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Natividade (TO), seria seguramente um dos monumentos de maior qualidade da arquitetura colonial da capitania de Goiás, se consideradas essas suas condições construtivas.

Os demais edifícios que não apresentam planos para as suas construções serão analisados considerando dois grupos: os que foram erguidos até a década 1760, e os demais, construídos a partir daqueles anos até meados do século XIX. O primeiro grupo conta com seis monumentos, e o estudo será iniciado pela Igreja Nossa Senhora da Barra, do arraial de Buenolândia, que parece ter sido a primeira a ser erguida neste vasto sertão goiano (Figura 9).



Figura 9 - Vista da Igreja Nossa Senhora da Barra, no arraial de Buenolândia (GO)
Fonte : http://fotostrada.com.br/2015/10/26/arraial_da_barra/

Conforme uma historiografia mais recente, a igreja foi construída pelos primeiros bandeirantes que desbravaram o território goiano e pode datar de 1727 ou 1728. Foi com ela, portanto, que a tipologia de planos retangulares de nave única foi introduzida em Goiás.

Assim, a Igreja Nossa Senhora da Barra apresenta-se com uma organização espacial composta por três volumes distintos e básicos, que correspondem à nave, à capela-mor estreita e à sacristia. Essas características conferem à sua volumetria uma forma de bloco compacto, sem grandes movimentações, que só se anima pelas diferentes alturas dos telhados, como também pela presença de uma única e pequena torre que se ergue em cima dos telhados, dotando o edifício de uma particular singularidade em relação às demais congêneres.

Internamente, entretanto, a pequena igreja contrasta com o seu exterior, tendo em vista a falta de esmero com o espaço, que não mereceu um tratamento mais acurado do arco-cruzeiro, que é uma solução bastante recorrente no conjunto das demais capelas. O frontispício, de cuidadosas proporções, segue a mesma configuração das demais igrejas da região, com o esquema em V. Nota-se, porém, um excepcional cuidado na execução de seus elementos compositivos, sobretudo quando se observam as cornijas que delinham o frontão e se estendem pelas laterais do edifício. Tal solução pode ter sido proveniente das várias intervenções solicitadas pelo Cônego José Correa Leitão em uma de suas visitas em 1784 (FONSECA; SILVA, 1948).

Os demais edifícios dessa primeira metade dos setecentos mantêm a configuração simplificada das construções religiosas do período de formação da capitania de Goiás. São as igrejas: Nossa Senhora do Rosário, 1736 (Meia Ponte, atual Pirenópolis); Nossa Senhora da Conceição, 1740 (Conceição, Tocantins); Igreja de São Benedito, 1740 (Natividade, Tocantins); Nossa Senhora do Carmo, 1750, (Meia Ponte) e Nosso Senhor do Bonfim, 1754 (Meia Ponte). Ainda fazem parte dessa relação as igrejas Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Goiás, demolida no século XIX; e Nossa Senhora do Pilar, de Ouro Fino, completamente em ruínas. Esses exemplares, em sua grande maioria, são bastante despojados e com alguns jogos volumétricos diversamente proporcionais, animados por telhados com diferentes alturas.

Tanto nas pequenas edificações quanto naquelas de maior vulto, os planos retangulares são similares aos das construções que possuíam “*riscos*” e “*traças*”, ou seja, os espaços estão organizados a partir das naves únicas e altares-mores profundos, podendo ter ou não corredores laterais. Os frontispícios apresentam organização com vãos em diagonal, com poucas variações compositivas que dizem respeito mais à presença ou não de óculos nos frontões, de pilastras e cunhais e às relações de proporção entre os vãos, para os quais concorreram diferentes construtores locais. Detalhes das vistas e planos das igrejas podem ser conferidos nas Figuras 10, 11 e 12 a seguir.



Figura 10 - Nossa Senhora da Conceição TO
Fonte: <https://dioceseportonacional.org.br/parouquia-de-nossa-senhora-da-conceicao>



Figura 11 - Igreja de São Benedito TO
Fonte: <http://www.ipatrimonio.org/natividade-igreja-de-sao-benedito#!/map=38329&loc=-11.706418000000006,-47.72593500000001,17>

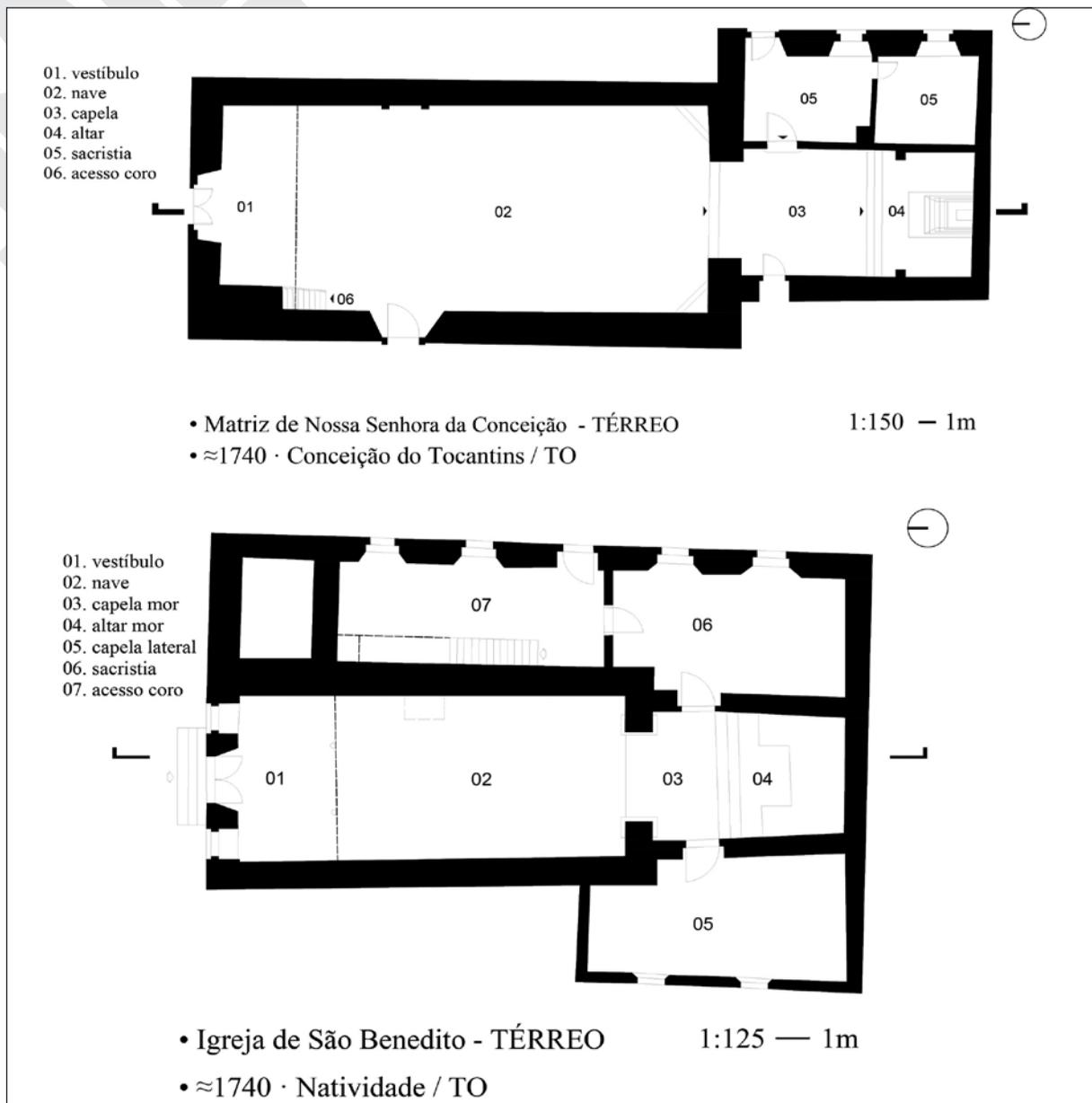


Figura 12 – Plantas das Igrejas Nossa S. da Conceição e São Benedito (TO)
Fonte: Acervo da autora.

Uma análise mais pormenorizada de cada uma dessas construções permite notar as particularidades da Matriz de Nossa Senhora do Rosário e das igrejas do Nosso Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora do Carmo, localizadas no arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis). Em todas foram utilizadas uma estrutura autônoma de madeira e uma modulação estrutural como recurso compositivo que define as linhas gerais da organização dos frontispícios. Idênticos recursos podem ser vistos na arquitetura religiosa do Vale do Piranga, em Minas Gerais (MIRANDA *apud* ÁVILA, 1977), e, no final dos setecentos, em Pilar de Goiás, um antigo arraial de grande importância à época, com a Igreja Nossa Senhora das Mercês (1770). (Figuras 13 e 14)



Figura 13 - Nossa Senhora do Rosário, Piranga MG

Fonte: www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/43/bens-tombados-capel



Figura 14 – Igreja Nossa Senhora das Mercês, Pilar de Goiás

Fonte: <https://iphan.gov.br/montarDetalheConteudo>.

do;sessionId=C2FB0CA6DF2423CE89AF65B6544F715E?id=13984&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia

As duas primeiras igrejas construídas em Meia Ponte - Nossa Senhora do Rosário e Nosso Senhor do Bomfim - diferenciam-se pela presença das torres, solução pouco explorada na região, sendo substituídas, na grande maioria dos casos, pelas torres sineiras de madeira, fixadas ao lado dos edifícios. Ressalta-se também as proporções diferenciadas das torres da Igreja Nosso Senhor do Bomfim, em razão de serem mais altas que as das demais congêneres, contrariando um traço marcante da arquitetura religiosa local, de feições mais robustas (Figuras 15 e 16).



Figura 15 – Igrejas Nossa Senhora do Rosário, Pirenópolis

Fonte: Acervo da autora



Figura 16: Igreja Nosso Senhor do Bonfim, Pirenópolis

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f6/Igreja_do_Bonfim_de_Piren%C3%B3polis.jpg

Os edifícios do segundo grupo, são os construídos a partir dos anos 1760 até meados do século XIX. São todos tipos retangulares básicos, compostos por naves únicas, capelas-mores e com anexos ou não. No que diz respeito às demais características observa-se que nesse período, houve soluções mais variadas, que iam desde a configuração final dos frontispícios, a presença ou não de torres, a estrutura exposta em madeira até o modo de se expressar volumetricamente no arranjo das plantas. Compõem esse conjunto as igrejas de São João Batista, de 1761 (Arraial do Ferreiro); São Francisco de Paula, de 1761 (Vila Boa); Nossa Senhora do Rosário, de 1769 (Arraial de Luziânia, hoje Luziânia); Nossa Senhora das Mercês, de 1770 (Arraial de Pilar, atual Pilar); Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de 1776 (Arraial de Jaraguá, atual Jaraguá) (Figura 17); Santa Bárbara, de 1780 (Vila Boa); Nossa Senhora do Rosário, de 1780 (Natividade); Nossa Senhora da Abadia, de 1790 (Vila Boa); as matrizes de Nossa Senhora do Carmo, de 1801 (Tocantins) e de Nossa Senhora da Penha de França, de 1751/1858 (Arraial de Corumbá, hoje Corumbá); e a Igreja Nosso Senhor do Bonfim, de 1857 (Silvânia, antigo arraial de Bonfim).



Figura 17 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Jaraguá
Fonte: Acervo da autora

A despeito das linhas gerais que caracterizam esse grupo, nele se destacam as igrejas Nossa Senhora da Abadia e São Francisco de Paula, ambas em Vila Boa; Nossa Senhora das Mercês, de Pilar; e a de Nosso Senhor do Bonfim, do antigo arraial do Bonfim, hoje Silvânia. A primeira dessas, a Igreja Nossa Senhora da Abadia foi organizada especialmente de forma diferenciada, com um plano que se assemelha ao da igreja da Fazenda de Santo Antônio de São Roque⁴, com nave e capela-mor de igual largura. A partir de um outro retângulo, localizado à direita da nave, desenvolvem-se os anexos e, próximo a eles, está o volume da torre, distante da nave. O conjunto apresenta uma rica dinâmica volumétrica, valorizada ainda mais pelos diferentes telhados. A composição de sua fachada segue também o tradicional esquema de vãos em diagonal, com as vergas e sobrevergas das janelas curvas e frontão recortado, marcado por cornijas em sua base.

Com essas soluções, a Igreja Nossa Senhora da Abadia configura-se como um excepcional caso da arquitetura goiana, não só em função do seu frontispício, como também em relação aos seus arranjos espaciais e à decoração interna, que conta com retábulo e teto de grandes qualidades estéticas (Figuras 17 e 18).



Figuras 18 – Igreja Nossa Senhora da Abadia, Cidade de Goiás

Fonte: <https://www.municipioassessoria.com.br/conheca-as-igrejas-do-centro-historico-de-goias-go/>

A Igreja São Francisco de Paula chama a atenção pela sua rara e incomum implantação em acrópole. Com nave única flanqueada por dois corredores, o plano geral do edifício desenvolve-se inteiramente dentro de um retângulo, com capela-mor mais estreita em relação à nave, e arco-cruzeiro que os separa. Com tal organização espacial, o resultado denuncia uma forma em bloco, movimentada pelos dois telhados do conjunto. O frontispício também segue a composição em diagonal, formada por linhas rígidas, de rigor simétrico, reforçadas pelas quatro pilastras coroadas por capitel e pináculo. O frontão segue também as linhas retas e sua base conta com cornijas. Internamente a decoração se realiza pelo trabalho em madeira aplicado no arco-cruzeiro e pelo teto com pintura que parece ser do século XIX (Figura 19).



Figura 19 - Igreja São Francisco de Paula, de Vila Boa (hoje cidade de Goiás)
Fonte: Acervo da autora.

A Igreja Nossa Senhora das Mercês, de Pilar de Goiás, destaca-se pela grande proximidade de suas soluções arquitetônicas com as igrejas de Minas Gerais, sobretudo aquelas do Vale do Piranga, a exemplo das capelas de Nossa Senhora do Rosário, de Pinheiros Altos; de Nossa Senhora da Conceição, de Manja-Léguas; e a de Nossa Senhora do Rosário, de Elói Mendes (MIRANDA, *apud* ÁVILA, 1997). Essa última capela segue a tipologia básica encontrada na região, com a presença de capela-mor, nave e apenas um anexo. A volumetria é resultante da articulação desses espaços, porém, mais dinamizada pelas diferentes alturas dos seus dois telhados, que se complementam com o de uma varanda localizada ao lado do corpo principal do edifício. Para além de ser essa uma solução isolada no quadro da arquitetura regional, é no frontispício que se encontra a referência mais direta e reveladora do diálogo entre Goiás e Minas Gerais, ou seja, a estrutura exposta em madeira, que ajuda na organização do frontispício com vãos em diagonal. A composição consiste na formação de um retângulo apoiado horizontalmente na base do corpo principal e com uma porta centralizada, além de mais dois outros retângulos menores, que ajudam na definição das larguras das janelas. Acima, fica a empena, com sua base marcada também em madeira, completada por um óculo.

A Igreja oitocentista Nosso Senhor do Bonfim, no arraial de Bonfim, hoje Silvânia, também se destaca pela presença de uma estrutura em madeira que contribui não só para a composição dos vãos do frontispício, como também para a volumetria como um todo, como se fosse a ossatura do edifício. São singularidades ainda as relações de proporção dos espaços entre a nave e a

capela-mor, a monumentalidade, a torre recuada em relação ao frontispício e o maior número de janelas nas laterais do edifício, tal como se nota na capela de Nossa Senhora do Rosário, de Santo Antônio de Pirapetinga, Minas Gerais. Assim, com a Igreja Nosso Senhor do Bonfim, observa-se não só a longevidade das tipologias retangulares, mas também a abertura para algumas inovações que se materializam na sua monumentalidade e na alteração das proporções dos seus espaços (Figuras 19 e 20).



Figuras 20 - Igreja oitocentista Nosso Senhor do Bonfim, de Silvânia (GO)
Fonte: Acervo da autora.

Por fim, cabe assinalar que em Goiás muitas igrejas coloniais contam com torres sineiras, podendo-se encontrá-las em ambos os grupos citados anteriormente, ou seja, os que foram erguidos até a década 1750, e os demais, construídos a partir daqueles anos até meados do século XIX. Mas para essas torres sineiras não havia um padrão que se repetia pela capitania, pois podiam fazer parte das laterais do corpo do edifício ou apenas ser um elemento de madeira próximo a ele. O que as diferenciam são o número e as posições que ocupam no edifício. Espalhados pela capitania, têm-se os tipos com duas torres laterais, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Nosso Senhor do Bonfim, ambas em Pirenópolis, e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Luziânia. Completam o quadro a Igreja Nossa Senhora do Rosário, da Cidade de, já demolida, a antiga Matriz de Santana e a Matriz de Traíras, como mostram os desenhos do Arquivo Ultramarino. Com torre única, tem-se uma localizada no telhado da Igreja Nossa Senhora da Barra, em uma rara solução, enquanto outras igrejas apresentam uma torre na lateral do edifício, que pode estar ou não recuada ao longo do corpo do edifício. As demais torres sineiras são de madeira e localizam-se próximas às igrejas.

Esses são os edifícios que seguiram os esquemas de planos retangulares de Goiás. No entanto, apesar de eles fazerem parte de uma tipologia que predominou também em outros lugares da capitania, as feições atarracadas das volumetrias pesadas com ausência de vazios são típicas dessa arquitetura. Demais particularidades são vistas nas adaptações realizadas pelos construtores goianos com as diferentes posições das torres; a disposição em mais de um bloco, encontrada, por exemplo, nos anexos da Igreja Nossa Senhora da Abadia e as características construtivas da Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Natividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do que consta na tradicional historiografia artística regional, Goiás não esteve tão distante e isolado como se quer fazer crer. Sua arquitetura esteve em permanente diálogo com outras regiões, o que permitiu a proliferação de tipos retangulares muito semelhantes aos que foram construídos em algumas regiões de São Paulo e em Minas Gerais, particularmente no Vale do Piranga e na região da antiga Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, que assimilaram referências portuguesas.

Assim como nessas capitanias, as “*traças*” e os “*riscos*” foram instrumentos de trabalho imprescindíveis para a construção das Matrizes de Santa Ana, Traíras e da Igreja de São José de Mossâmedes, garantindo a lógica de concepção arquitetônica dos planos retangulares. Por outro lado, na falta dos desenhos, o soerguimento das igrejas que se espalharam por todo território da capitania de Goiás contou com as instruções escritas e as presenças de escrivães e padres como responsáveis pela verificação, medição, demarcação do local destinado ao adro e definição de algumas medidas. Nesse caso, algumas descontinuidades nas obras foram registradas, atenuadas, porém, pelo respeito que os construtores mantiveram pela ordem estabelecida pelos tradicionais tipos retangulares, sobretudo em relação à hierarquia espacial e à lógica composicional dos típicos frontispícios, organizados pelos esquemas de vãos em diagonal. Em alguns exemplares,

como nos casos dos edifícios de Pirenópolis e Pilar, a organização desses esquemas foi também auxiliada por estruturas independentes de madeira, contribuindo para um melhor planejamento dos padrões estéticos do edifício.

Acrescente-se ainda que muitas igrejas goianas, com esquemas tipológicos básicos, típicos das capelas mais simples, foram também acompanhadas por torres. Construídas ao longo de todo o século XVIII, não houve nelas um padrão arquitetônico que se repetiu, menos ainda uma noção de desenvolvimento formal contínuo e progressivo dos edifícios. Essas torres variaram entre as que eram únicas e centralizadas; as que se situavam únicas na lateral do edifício; as que ficavam recuadas do plano do frontispício; e as duplas, no mesmo plano do frontispício.

Por fim, destaca-se que a recorrência dos tipos retangulares na capitania de Goiás nunca se deu completamente de forma repetitiva e automática. As escolhas tipológicas pressupuseram soluções que foram se adequando, permitindo afirmar que o referencial se impôs com maior abrangência. É o que confirma a sincronia de Goiás com outras regiões da colônia, como também com Portugal, contradizendo argumentos recorrentes que a balizaram pela ideia do isolamento.

Referências

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luís. *Patrimônio histórico de Goiás*. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1987.

BURY, John. *A arquitetura e a arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.

COELHO, Gustavo Neiva. *A formação do espaço urbano do ouro: o caso Vila Boa*. (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1997.

_____. *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Editora UCG, 2001.

COSTA, Lúcio. *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. São Paulo: ARS, vol.8. no.16, Texto originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, p. 105-169, 1941.

CORREIA, José Eduardo Horta. *Arquitetura portuguesa, renascimento, maneirismo e estilo chão*. Lisboa: Editora Presença, 1991.

ETZEL, Eduardo. *O Barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchel, 1825 -1829*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, Fundação Pró-Memória, 1981.

FONSECA E SILVA, José Trindade da. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

LEMONS, Carlos A. C. *A arquitetura brasileira*. São Paulo: Editora da USP, 1972.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Chorographia da província de Goyaz*. Goiânia, Líder, 1979

MELO, Laura Ludovico de (2009). *Ouro Fino: um arraial...uma igreja...um largo...e uma vaga lembrança na paisagem*. (Mestrado em Patrimônio). Instituto Goiano de Pré-História e antropologia, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

PEREIRA, Carla Freitas P. *As igrejas de Goiás um estudo de caso: Igreja São Francisco de Paula*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. *Panorama da arquitetura em Goiás: séculos XVIII, XIX e XX*. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Esplendor do Barroco Luso-brasileiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

VALE, Marília M. Brasileiro. *Arquitetura religiosa do século XIX no antigo sertão da Farinha Podre*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ARQUIVOS CONSULTADOS

AHU. Arquivo Histórico Ultramarino. Goiás, Documento 2025, 1788, Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central. PHBC.

Arquivo Frei Simão Dorvi. Sobre as ruínas da Matriz de Santana. Documento avulso. Cidade de Goiás, 1745.

Arquivo Frei Simão Dorvi. A respeito da planta da igreja enviada pelo Conselho Ultramarino, 1745.

Arquivo Frei Simão Dorvi. Sobre a construção de Santa Bárbara. Documento avulso Cidade de Goiás, 1775.

Notas

- 1 Deusa Maria Rodrigues Boaventura é doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), mestre pela USP de São Carlos e especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás. É pesquisadora e professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Trabalha no Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás e ministra disciplinas de arquitetura e urbanismo em ambas as universidades.
- 2 Esta dissertação foi publicada, na íntegra, em 2001 com o título O espaço urbano em Vila Boa, pela Editora UCG.
- 3 Cabe assinalar que na capitania de Goiás algumas poucas capelas fogem a essa configuração mais tradicional, tais como a de Nossa Senhora da Boa Morte (1762-1779) e a de Nossa Senhora do Carmo (anterior a 1786), ambas construídas em Vila Boa de Goiás. Esses edifícios são exceções por apresentarem espaços internos mais dinamizados, adquiridos pela adoção de estruturas de madeira que ajudam a compor formas octogonais, mostrando também o pleno diálogo dessa solução com capelas mais elaboradas, como a Igreja Pilar de Taubaté de 1749.
- 4 Essa pequena capela é quadrangular e possui uma nave e uma capela-mor da mesma largura e envolvida por uma sacristia e um único e largo corredor do lado da Epístola.